

Minuta de Termo de Cooperação Técnica n. ____/2017

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
CELEBRAM ENTRE SI A ADVOCACIA
GERAL DA UNIÃO – AGU E O INSTITUTO
DE DEFESA DA CIDADANIA E DA
TRANSPARÊNCIA – IDCT**

**A UNIÃO POR MEIO DA ESCOLA REGIONAL DA ADVOCACIA-GERAL DA
UNIÃO MINISTRO VICTOR NUNES LEAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS,**
sediada em Belo Horizonte, Rua Santa Catarina, 480, Pilotis, Belo Horizonte, Minas
Gerais, CEP 31 170-080, neste ato representada pelo seu Diretor o Doutor **Rodrigo
Araújo Ribeiro**, brasileiro, solteiro, Procurador Federal, OAB/MG 67.190, SIAPE
1437327, doravante denominada apenas EAGU-MG, com base no art. 33, inc. II, do
Anexo I, do Decreto nº 7.392, de 13.12.2010 e na Portaria nº134, de 9 de abril de
2012, da Advocacia-Geral da União, e **O INSTITUTO DE DEFESA DA CIDADANIA
E DA TRANSPARÊNCIA - IDCT**, com sede na Rua Paracatu, 1154, sala 614, Santo
Agostinho, Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ 16.894.466/0001-18, neste ato
representado por seu Presidente, **Gustavo Costa Nassif**, portador do RG n.
M3.988.041 e CPF n. 713.746.476--91;

CONSIDERANDO:

A importância de fomentar o esforço estratégico e conjunto entre órgãos públicos e
entidades privadas sem fins lucrativos para fomentar o desenvolvimento técnico dos
agentes públicos.

A necessidade de uma estratégia de âmbito social baseada em preceitos de direitos
fundamentais da cidadania, da garantia da universalização do acesso a serviços
públicos essenciais e, especificamente, da ampliação do acesso à informação;

A importância de desenvolver, ampliar e aprimorar ações direcionadas ao
fortalecimento das Instituições Democráticas, à fiscalização da gestão pública, ao

incentivo ao controle social, ao tráfego de informações e ao intercâmbio de experiências;

A necessidade de fortalecimento, ampliação e articulação das relações interinstitucionais para aprimorar a Gestão da Coisa Pública;

A dimensão das dificuldades enfrentadas pelos entes públicos e que seu enfrentamento propõe um novo enfoque na formulação de políticas voltadas para o equacionamento dos desequilíbrios;

Que a superação dos desafios enfrentados pela sociedade requer o estabelecimento de parcerias e a prática efetiva da cooperação entre as instituições públicas e privadas das diversas esferas de governo e a sociedade;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Colaboração e Cooperação Técnica e Operacional firmado entre os partícipes o desenvolvimento de Programa que vise o aprimoramento técnico e científico de agentes públicos e da sociedade civil em geral em matérias de relevante interesse público, mediante as seguintes pretensões comuns:

- 1.1 desenvolver, elaborar e prover apoio operacional para implementação do objeto do presente termo;
- 1.2 exercer a articulação interinstitucional, no âmbito estadual, para viabilização do Programa;
- 1.3 promover encontros entre os representantes dos partícipes, para execução das ações necessárias à implementação do Programa;
- 1.4 acompanhar e avaliar os resultados alcançados nas atividades programadas, visando, quando necessário, à otimização e/ou adequação das ações;
- 1.5 divulgar a formalização do presente termo no âmbito das instituições participantes; e

- 1.6 conduzir as atividades com eficiência e em consonância com as práticas administrativas, financeiras e técnicas adequadas.

Cláusula Segunda – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Para viabilizar o objeto e as metas deste instrumento, os partícipes se comprometem a:

2.1. ADVOCACIA GERAL DO ESTADO– AGU

- 2.1.1 oferecer instalações da Escola da Advocacia Geral da União para a realização dos treinamento técnicos;
- 2.1.2 auxiliar na divulgação dos eventos promovidos por meio da parceria instituída por este instrumento;
- 2.1.3 divulgar o Instituto de Defesa da Cidadania e da Transparência – IDCT, por meio de seus cursos e treinamentos técnicos;
- 2.1.4 disponibilizar informações sobre o cumprimento das ações sob sua responsabilidade para implantação do presente Acordo;

2.2. INSTITUTO DE DEFESA DA CIDADANIA E DA TRANSPARÊNCIA – IDCT

- 2.2.1 organizar os encontros e cursos técnicos com o escopo de qualificação de agentes públicos e demais interessados em assuntos de interesse público;
- 2.2.2 realizar a execução financeira do projeto;
- 2.2.3 realizar a divulgação dos eventos envolvendo o presente termo;
- 2.2.4 divulgar a Advocacia Geral da União – AGU, por meio de seus cursos e treinamentos técnicos, sites e hot sites;
- 2.2.5 ofertar o mínimo de cinco vagas de inscrição em cada curso ou encontro para servidores ou membros da Advocacia Geral da União – AGU ou terceiros indicados pela EAGUMG;
- 2.5.6. Emitir os certificados para os participantes inscritos da AGU nos cursos realizados no prazo de três dias após o término do curso/encontro.
- 2.2.6. Informar, com antecedência mínima de 10 dias, os cursos programados para realização na sede da EAGUMG, e o quantitativo de vagas disponibilizadas visando a divulgação do evento e a inscrição dos servidores e parceiros.

Cláusula Terceira – DAS AÇÕES COMPLEMENTARES

Na medida de suas possibilidades, os partícipes envidarão esforços conjuntos para apoiar projetos que privilegiem iniciativas sociais que permitam troca de informações com as diversas realidades sociais locais.

Cláusula Quarta – DAS CONDIÇÕES DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

4.1 Todos os partícipes serão responsáveis pelo acompanhamento do projeto e cumprimento do presente Termo, observando os prazos estipulados.

4.1.1 Os partícipes designarão os respectivos executores do presente Termo de Cooperação Técnica e suas atribuições, sendo os estes responsáveis pela execução, acompanhamento e cumprimento.

Cláusula Quinta – DOS RECURSOS HUMANOS

O presente Termo não prevê a disponibilização de recursos humanos, devendo cada partícipe utilizar de seu próprio corpo funcional para alcançar os objetivos definidos no instrumento.

Cláusula Sexta - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Termo não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes, visto que as despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, nada podendo ser exigido um do outro, em conformidade com as responsabilidades assumidas neste instrumento e em eventuais termos aditivos.

Parágrafo Único: o desempenho superveniente de atividades que eventualmente requeiram repasse ou transferência de recursos de um partícipe a outro implicará na elaboração de instrumentos específicos, a serem aprovados pelos signatários do presente Acordo, observada a legislação em vigor.

Cláusula Sétima – DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPIES

Os partícipes respondem individualmente pelas responsabilidades assumidas, inexistindo qualquer tipo de responsabilidade solidária ou subsidiária.

Cláusula Oitava – DA MODIFICAÇÃO E ADESÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser modificado a qualquer tempo, inclusive para incluir novos partícipes e/ou intervenientes que atendam às exigências

legais para contratação com a Administração Pública, desde que com a anuência dos atuais partícipes, por intermédio de termo aditivo, com publicação no Diário Oficial.

Cláusula Nona – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura.

Cláusula Décima - DA DENÚNCIA

Os partícipes poderão denunciar o presente Termo a qualquer momento, sem qualquer ônus para as partes.

Cláusula Décima Primeira – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Advocacia Geral da União – AGU providenciar a publicação deste instrumento.

Cláusula Décima Segunda – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos mediante acordo entre os partícipes.

Cláusula Décima Terceira – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte como competente para dirimir quaisquer dúvidas deste instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente Acordo de Cooperação em 6 (seis) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas:

Belo Horizonte, 13 de julho de 2017


Advocacia Geral da União - AGU

INSTITUTO DE DEFESA DA CIDADANIA E DA TRANSPARÊNCIA – IDCT

Testemunhas:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: